



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL**

PR-PA-00000000/2026

TERMO DE CONTRATO **XX/2026**

**TERMO DE CONTRATO Nº XX/2026 QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
FEDERAL – PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ E A
EMPRESA **XXX**.**

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, com sede na Rua Domingos Marreiros, 690 – Umarizal, Belém – PA, 66055-215, inscrita no **CNPJ sob o nº 26.989.715/0019-31**, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **SECRETÁRIO ESTADUAL DA PR/PA – Senhor RENATO TABOSA KOCH COUTINHO**, matrícula funcional: 22510, nomeado pela **PORTARIA Nº 171, DE 30 DE MAIO DE 2022**, publicada no Diário Oficial da União em 1º/06/2022, Edição 103, Seção 2, Página 92, e a empresa **XXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXX**, sediada à **XXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXX**, tendo em vista o que consta no processo licitatório nº 1.23.000.00**XXXX/2026-XX**, na Ata de Registro de Preços Nº **XXXX**, PGEA 1.23.000.00**XXXX/2026-XX** e no processo de contratação nº 1.23.000.00**XXXX/2026-XX** e, em observância às disposições da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº **XXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços continuados de locação de veículos automotores novos (zero quilômetro), sem condutor, incluindo a gestão integral da frota com manutenção preventiva e corretiva, seguro total, assistência 24 horas, carro reserva e limpeza, para atender às necessidades de deslocamento finalístico e administrativo do Ministério Público Federal no Estado do Pará/Rodônia/Mato Grosso/Amapá/Roraima/Maranhão, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta Vencedora do processo

licitatório que deu origem ao presente instrumento.

1.2. Vinculam-se a este instrumento, independentemente de transcrição, o Edital da Licitação e seus eventuais anexos; o Termo de Referência e seus eventuais anexos, bem como a proposta vencedora do certame, que embasaram a presente contratação.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de natureza contínua, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e são decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas para manutenção da atividade finalística do órgão, estando sujeito ao regime de renovação de frota (substituição tecnológica) a cada 48 (quarenta e oito) meses ou 100.000 km rodados, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência;

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES/DESCRIÇÕES, DA LOCALIZAÇÃO, DO QUANTITATIVO E DOS PREÇOS:

2.1. As especificações/descrições estão detalhadas no Termo de Referência que é parte integrante e indivisível deste Termo de Contrato.

2.2. A localização, o quantitativo e os preços contratados são os constantes das tabelas a seguir:

2.2.1. Órgão Gerenciador: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B) (C)
1	PR/PA	Belém/PA	2	XXXX	XXXXX
2	PRM Santarém	Santarém/PA	2	XXXX	XXXXX
3	PRM Marabá	Marabá/PA	1	XXXX	XXXXX
4	PRM Altamira	Altamira/PA	1	XXXX	XXXXX
Totais			6	XXXX	XXXX

2.2.2. Órgão Partícipe: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA - PR/RO:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B) (C)
1	PR/RO	Porto Velho/RO	2	XXXX	XXXXX
2	PRM Ji-Paraná	Ji-Paraná/RO	1	XXXX	XXXXX
Totais			3	XXXX	XXXX

2.2.3. Órgão Partícipe: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO - PR/MT:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B) (C)
1	PR/MT	Cuiabá/MT	2	XXXX	XXXXX
2	PRM Cáceres	Cáceres/MT	1	XXXX	XXXXX
3	PRM Barra do Garças	Barra do Garças/MT	1	XXXX	XXXXX
4	PRM Rondonópolis	Rondonópolis/MT	1	XXXX	XXXXX
5	PRM Sinop	Sinop/MT	1	XXXX	XXXXX
Totais			6	XXXX	XXXXX

2.2.4. Órgão Partícipe: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ - PR/AP:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B) (C)
1	PR/AP	Macapá/AP	2	XXXX	XXXXX
Total			2	XXXX	XXXXX

2.2.5. Órgão Partícipe: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA - PR/RR:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B) (C)
1	PR/RR	Boa Vista/RR	2	XXXX	XXXXX
Total			2	XXXX	XXXXX

2.2.6. Órgão Partícipe: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO - PR/MA:

Item	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade de veículos (A)	Preço unitário (B)	Preço total (A x B) (C)
1	PR/MA	São Luiz/MA	1	XXXX	XXXXX
2	PRM Imperatriz	Imperatriz/MA	1		
3	PRM Caxias	Caxias/MA	1		
Total			3	XXXX	XXXXX

2.3. Os veículos deverão ser entregues nas sedes das Unidade Administrativas, conforme endereços abaixo:

- 2.3.1.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA, situada na Rua Domingos Marreiros, 690 – Bairro do Umarizal - CEP 66-055-215 – Belém/PA – Telefone: (91) 3299-0111.
- 2.3.2.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA, situada na Av. Marechal Castelo Branco, nº 915 – Interventoria – Santarém/PA – CEP: 68.908-198. Telefones: (93) 3512-0800 / 3512-0848 / 3512-0846 / 3512-0855.
- 2.3.3.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, situada na Rodovia Transamazônica, nº 1076 - Bairro Amapá – Marabá/PA - CEP 68.502-700 - Telefone: (94) 3312-1500.
- 2.3.4.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA/PA, situada na Av. Tancredo Neves, nº 3256 – Bairro Jardim Independente II - Altamira/PA - CEP: 68.372-222, Telefone: (93) 3515-2526.
- 2.3.5.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA - PR/RO: Rua José Camacho, 3307, Bairro Embratel; CEP: 76820-886; Telefone: (69) 3216-0500.
- 2.3.6.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - Av. Clóvis Arraes, 1415, Bairro Urupá; (69) 3411-2400.
- 2.3.7.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO - PR/MT: Avenida Miguel Sutil, nº 1.120 (Esquina com a Rua J. Márcio / Nestelaus Devuisky); Bairro: Jardim Primavera; CEP: 78030-010; Telefone Geral: (65) 3612-5000.
- 2.3.8.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES: Rua General Osório, 1373 – Centro.
- 2.3.9.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS: Rua Mato Grosso, 311 - Centro.
- 2.3.10.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS: Rua Arnaldo Estevão de Figueiredo, 663 - Centro.
- 2.3.11.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SINOP: Avenida das Figueiras, 1142 - Setor Comercial.
- 2.3.12.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ – PR/AP: Avenida Ernestino Borges, nº 535; Bairro: Centro; CEP: 68908-198; Telefone Geral: (96) 3213-7800.
- 2.3.13.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA – PR/RR: Rua General Penha Brasil, nº 1255; Bairro: São Francisco; CEP: 69305-130; Telefone Geral: (95) 3198-2000.
- 2.3.14.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO – PR/MA: Avenida Senador Vitorino Freire, nº 52; Bairro: Areinha; CEP: 65030-015; Telefone Geral: (98) 3213-7100.
- 2.3.15.** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ: Avenida Tapajós, s/n,

2.3.16. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAXIAS: Avenida Norte Sul, Lote 03 - Cidade Judiciária.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ABRANGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os serviços contratados abrangem, além da disponibilização do veículo, outras coberturas integrais, devidamente detalhadas no Termo de Referência que norteia a presente contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:

4.1. O prazo de vigência da contratação será de **60 (sessenta) meses**, iniciando-se em **XX/XX/XXXX** e encerrando-se em **XX/XX/XXXX**, prorrogável até o limite máximo de **10 (dez) anos**, na forma dos Arts. 106 e 107 da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.](#)

4.2. A prorrogação de que trata o subitem anterior dependerá de:

4.2.1. Manifestação expressa de interesse da Contratante;

4.2.2. Aceite da Contratada;

4.2.3. Comprovação da vantajosidade da contratação;

4.2.4. Manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.5. Existência de dotação orçamentária para o exercício seguinte;

4.3. O CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, sendo esta uma faculdade da Administração Pública, exercida conforme critérios de oportunidade e conveniência;

4.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

4.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação;

4.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADA tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação;

4.7. Nas eventuais prorrogações contratuais é permitida a negociação com a CONTRATADA.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO:

5.1. O valor estimado mensal da contratação para locação de **xxxx (xxxxx)** veículos é da ordem de **R\$ xxxxxx (xxxxxx)**, sendo R\$ **xxxx (xxxxx)** por veículo locado, correspondente ao estimado global de R\$ **xxxxxxx (xxxxxxx)** quando considerado o período total de 60 (sessenta) meses de vigência inicial.

5.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da

execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro total (sem franquia), manutenção preventiva e corretiva completa (incluindo peças, pneus, óleo e filtros), assistência 24 horas (guincho), fornecimento de veículo reserva, serviços de lavagem/higienização e outros que contribuam para a otimização da prestação do serviço, bem como a lucratividade pelo serviço prestado;

5.3. O pagamento será efetuado mensalmente, correspondendo ao valor do serviço efetivamente prestado (disponibilização dos veículos), podendo haver glosa e/ou desconto em razão de descumprimento contratual, mediante a aplicação dos critérios de aferição estabelecidos no Termo de Referência;

5.4. Os preços unitários, mensais e global são meramente estimativos, não cabendo à CONTRATADA direito a indenização caso a administração não utilize a totalidade da franquia de quilometragem ou em caso de supressão contratual permitida por lei;

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO:

6.1. A forma, o prazo e demais condições para o pagamento à CONTRATADA encontram-se definidos no Termo de Referência que embasou a contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS:

7.1. A forma de repactuação e do reajuste dos preços contratados, bem como demais condições para sua formalização encontram-se definidos no Termo de Referência que embasou a contratação.

7.2. O reajuste será formalizado por simples apostila, conforme art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

8.1. O regime de execução contratual, caracterizado como serviço comum de natureza contínua, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de mobilização, entrega, vistoria, manutenção, substituição da frota e recebimento do objeto, observam rigorosamente o disposto no Termo de Referência que embasou a contratação.

9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

9.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto principal da contratação (disponibilização dos veículos locados), devendo a frota ser fornecida diretamente pela CONTRATADA;

9.2. Não se considera subcontratação, para fins de vedação desta cláusula, a execução de serviços acessórios e complementares de manutenção preventiva e corretiva, limpeza, assistência 24 horas

(guincho/socorro) e rastreamento, os quais poderão ser realizados por meio de rede credenciada ou terceiros especializados, mantendo-se a CONTRATADA como única e integral responsável perante a CONTRATANTE pela qualidade e prazos desses serviços;

9.3. A subcontratação ou terceirização dos serviços acessórios não cria nenhum vínculo empregatício ou contratual entre a Administração e os terceiros, cabendo à CONTRATADA o gerenciamento dessa rede.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. São obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, o Termo de Referência e a sua Proposta ofertada na licitação;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, formalizando os recebimentos provisório e definitivo mediante vistoria técnica e conferência das especificações (checklist);

10.1.3. Notificar a CONTRATADA, preferencialmente por meio eletrônico oficial (e-mail ou sistema de gestão), sobre vícios, defeitos mecânicos ou irregularidades verificadas nos veículos, exigindo a sua reparação ou substituição imediata (veículo reserva), às suas expensas, observados os prazos de atendimento definidos no Termo de Referência;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, por meio de equipe de fiscalização (Gestor e Fiscais Técnicos/Administrativos) formalmente designada, registrando em relatório próprio as ocorrências e falhas detectadas para fins de avaliação de desempenho e aplicação de eventuais glosas;

10.1.5. Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa exclusivamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento imediato, quando houver glosa, disputa ou controvérsia sobre a execução, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a empresa abster-se de emitir fatura no valor integral até a resolução da pendência;

10.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente aos serviços efetivamente prestados e atestados (disponibilização da frota), no prazo, forma e condições estabelecidos no presente termo de Contrato e no Termo de Referência, condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal;

10.1.7. Aplicar à CONTRATADA as penalidades e sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Contrato, mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes,

meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento (Art. 28, caput, do [DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022](#)).

10.1.8.2. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado (§ 1º do Art. 28 do [DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022](#));

10.1.8.3. As decisões de que trata o subitem 10.1.8.1 serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade superior, nos limites de suas competências (§ 2º do Art. 28 do [DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022](#)).

10.1.9. Identificar o condutor responsável em caso de notificação de infração de trânsito e fornecer à CONTRATADA a documentação necessária (formulário assinado e cópia da CNH) para a indicação do infrator junto ao órgão de trânsito, observados os prazos legais;

10.1.10. Providenciar o Boletim de Ocorrência (BO) junto à autoridade policial competente em caso de sinistro (roubo, furto ou colisão) envolvendo os veículos locados e encaminhá-lo à CONTRATADA para acionamento do seguro;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Indicar preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato, o qual deverá possuir poderes para resolver problemas operacionais e de logística.

11.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo Órgão, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

11.1.3. Manter canais de comunicação (telefone e e-mail) disponíveis para atendimento em horário comercial e sistema de plantão para emergências (sinistros e panes) 24 horas por dia;

- 11.1.4.** Disponibilizar os veículos nas quantidades, locais e especificações técnicas (SUV, Diesel, 4x4) definidas no Termo de Referência, garantindo que estejam sempre limpos, higienizados e com tanque cheio no ato da entrega inicial ou substituição;
- 11.1.5.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os veículos nos quais se verificarem avarias, defeitos mecânicos ou incorreções, disponibilizando veículo reserva no prazo máximo de 03 (três) horas (ou prazo justificado para o interior), a fim de não interromper a atividade do MPF;
- 11.1.6.** Responsabilizar-se integralmente pelas manutenções preventivas e corretivas, assumindo os custos de peças, pneus, óleo, filtros e mão de obra, bem como pela gestão das lavagens semanais e trimestrais exigidas;
- 11.1.7.** Promover a renovação da frota (substituição por veículo zero quilômetro) sempre que o veículo atingir 4 (quatro) anos de uso ou 100.000 km rodados.
- 11.1.8.** Manter os veículos cobertos por Seguro Total durante toda a vigência, renovando as apólices tempestivamente e assumindo o pagamento de franquias em caso de sinistro (salvo culpa exclusiva comprovada do servidor condutor);
- 11.1.9.** Efetuar o pagamento de todas as multas de trânsito incidentes sobre a frota, garantindo a regularidade do licenciamento anual (CRLV), IPVA e DPVAT;
- 11.1.10.** Atender às determinações regulares emitidas pelo(a) fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por ele(a)s solicitado(s);
- 11.1.11.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os veículos ou serviços nos quais se verificarem avarias, defeitos mecânicos, falhas de manutenção ou incorreções resultantes da execução, garantindo a continuidade do serviço mediante a disponibilização de veículo reserva quando necessário;
- 11.1.12.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos dos arts. 120 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.1.13** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos veículos locados e às instalações de manutenção (oficinas), bem como aos documentos relativos à execução do objeto, especialmente relatórios de manutenção, apólices de seguro e comprovantes de quitação de multas;
- 11.1.14.** Suspender a utilização ou retirar de circulação, por determinação da CONTRATANTE, qualquer veículo que não apresente condições mecânicas de segurança (boa técnica) ou cuja utilização ponha em risco a integridade física de servidores e terceiros, devendo providenciar a sua

substituição imediata nos prazos contratuais;

11.1.15. Executar os serviços com estrita observância à legislação vigente, em especial ao Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), às Resoluções do CONTRAN e às normas ambientais aplicáveis ao descarte de resíduos automotivos, cumprindo as determinações das autoridades competentes;

11.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos procedimentos operacionais que divirjam das especificações do Termo de Referência ou da Proposta da CONTRATADA;

11.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea “d” da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#);

11.1.21. Cumprir as normas internas de segurança e controle de acesso estabelecidas pela CONTRATANTE, submetendo seus prepostos e colaboradores à identificação civil e cadastramento na recepção das unidades sempre que for necessário adentrar as dependências do órgão para entrega, retirada ou manutenção da frota;

11.1.22. Fornecer aos seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e fiscalizar seu uso, assegurando condições seguras de trabalho, especialmente durante a realização de atividades de entrega, retirada ou socorro mecânico de veículos nas dependências da CONTRATANTE ou em vias públicas.

11.1.23. Garantir o livre acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, às suas instalações operacionais e à rede de oficinas credenciadas, bem como aos veículos da frota e aos sistemas de controle, para fins de vistoria, fiscalização ou auditoria da execução contratual;

11.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

11.1.25. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, disponibilizando os veículos, peças de reposição, acessórios e insumos em quantidade, qualidade e tecnologia

adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica automotiva, normas do fabricante e legislação vigente;

11.1.26. Instruir seus empregados e prepostos quanto à necessidade de acatar as normas internas de segurança, acesso e conduta da Administração, sempre que estiverem transitando nas dependências da CONTRATANTE;

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS – LGPD:

12.1. As PARTES, na condição de controladores independentes, possuem autonomia para decidir, de modo independente uma da outra, sobre as operações de tratamento de dados pessoais que realizarem em decorrência deste Contrato, observado o disposto na legislação de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14), demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para a CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público;

12.2. Nas operações de tratamento de dados pessoais realizadas com base neste instrumento, as PARTES se obrigam a:

- a) Realizar o tratamento de dados pessoais para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- b) Realizar o tratamento de dados pessoais conforme os princípios e com amparo em uma das bases legais previstas na LGPD;
- c) Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, nos termos definidos na legislação e nos instrumentos contratuais;
- d) Manter os registros das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;
- e) Facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;

- f) Auxiliar a outra parte, quando necessário, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- g) Encaminhar à outra parte, de maneira formal e imediata, com tolerância de, no máximo, 2 (dois) dias úteis, cópia do comunicado de ocorrência de incidente de segurança relativo ao tratamento de dados pessoais enviados à ANPD ou ao CNMP e ao titular de dados pessoais envolvendo dados tratados com base neste instrumento; e
- h) Registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

12.3. As PARTES podem solicitar, a qualquer tempo, informações a respeito das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em decorrência deste instrumento, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais;

12.4. Cada PARTE responderá, de forma independente, por eventuais danos causados a titulares de dados pessoais, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação à legislação de proteção de dados pessoais;

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

13.1. Não será exigida a prestação de garantia de execução contratual, facultada pelo art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a inexistência de riscos financeiros elevados para a Administração, visto que os pagamentos serão realizados mensalmente após a efetiva prestação dos serviços (regime de competência), bem como para evitar a onerosidade excessiva da proposta, conforme justificativa técnica constante no Estudo Técnico Preliminar;

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, a CONTRATADA que:

I – der causa à inexecução parcial do contrato;

II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – der causa à inexecução total do contrato;

IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

VII – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VIII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IX – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

X – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

14.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações descritas na cláusula anterior as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência: Quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato (inciso I da cláusula anterior), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar: Quando praticadas as condutas descritas nos **incisos II, III e IV** da cláusula anterior (dano grave, inexecução total ou retardamento injustificado), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021), pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

14.2.3. Multa:

I – Multa Moratória (por atraso): Nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada quando:

a) Ensejar o retardamento da execução ou entrega de veículo (incluindo veículo reserva) de forma injustificada: **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o **valor mensal unitário do veículo afetado**, até o limite de 15 (quinze) dias (quando se configurará a inexecução parcial ou total);

b) Ocorrer atraso no cumprimento de obrigações acessórias (ex: envio de relatórios, pagamento de multas de trânsito): **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** sobre o valor da parcela mensal correspondente, por dia de atraso.

II – Multa Compensatória (Sancionatória): Aplicada em casos de inexecução parcial ou total, ou após o décimo quinto dia de mora (item anterior), com os seguintes percentuais incidentes sobre o **Valor Total Atualizado do Contrato**:

a) Multa de **15% (quinze por cento)** no caso de inexecução parcial (inciso I da cláusula anterior);

b) Multa de **20% (vinte por cento)** no caso de inexecução parcial com grave dano (inciso II da

cláusula anterior);

c) Multa de 30% (trinta por cento) no caso de inexecução total (inciso III da cláusula anterior).

14.3. A aplicação das sanções previstas neste **Contrato** não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021;

14.5. Antes da aplicação de qualquer penalidade, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, a diferença será cobrada judicialmente, nos termos do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021;

14.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU);

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se os seguintes ritos processuais:

I. Para as penalidades de **advertência e multa**: o procedimento previsto no **art. 157** da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Para as penalidades de **impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade**: o procedimento previsto no **art. 158** da Lei nº 14.133, de 2021, inclusive quanto à obrigatoriedade de emissão de parecer jurídico prévio e, no caso de declaração de inidoneidade, a condução por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis;

14.9. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para as dosimetrias previstas na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023 e no art.156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023;

14.11. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023;

14.2. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

14.3. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021, condicionada, cumulativamente, à reparação integral do dano causado à Administração Pública, ao pagamento da multa aplicada, ao transcurso do prazo mínimo legal e ao cumprimento das demais condições estabelecidas no ato punitivo;

14.4. Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022 e nos termos do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

15.1. O contrato extinguir-se-á com o advento do termo de vigência estipulado, sem prejuízo das responsabilidades das partes em relação às obrigações decorrentes de sua execução que, por sua natureza, perdurem após o término do ajuste, especialmente quanto a pagamentos pendentes, aplicação de sanções, dever de sigilo e reparação de danos.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, por ato unilateral e escrito da

CONTRATANTE, nas hipóteses de ausência de dotação orçamentária ou por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas, observadas as consequências legais e eventuais direitos à indenização previstos no art. 138, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021

15.2.1. A extinção amigável ou por conveniência da Administração poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante notificação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, dispensando-se o pagamento de indenização por desmobilização caso cumprido este prazo de pré-aviso;

15.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 e nas formas do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa no processo administrativo pertinente;

15.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

15.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de executar o contrato, observada, em qualquer caso, a obrigatoriedade da manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;

15.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva, condicionado à demonstração de que a nova entidade reúne as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação original e à inexistência de prejuízo à execução contratual;

15.7. O termo de rescisão será obrigatoriamente precedido de relatório de fiscalização contendo:

15.7.1. Balanço dos serviços executados e dos veículos disponibilizados até a data do encerramento;

15.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e dos saldos eventualmente devidos;

15.7.3. Apuração de valores relativos a indenizações, glosas e multas a serem descontadas dos créditos da CONTRATADA;

15.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser formalizadas por Termo Aditivo, exceto nas hipóteses de simples reajuste de preços ou atualizações financeiras previstas neste contrato, que poderão ser formalizadas por simples Apostilamento (art. 136 da mesma Lei);

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou

supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União do exercício de 2025, na dotação abaixo discriminada:

17.1.1. Gestão/Unidade: XXX

17.1.2. Fonte de Recursos: XXX

17.1.3. Programa de Trabalho: XXX

17.1.4. Elementos de Despesa: XXX

17.1.5. Plano Interno: XXX

17.2. Será emitida Nota de Empenho antes do início da execução do objeto contratado;

17.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária Anual respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento;

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS:

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990](#) – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO:

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#), na forma prevista no Art. 94 da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na *internet*, em atenção ao Art. 91, caput, da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), e ao Art. 8º, §2º da [LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011](#), c/c o art. 7º, §3º, inciso V, do [DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012](#).

20. CLÁUSULA VIGÉSSIMA – DO FORO:

20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belém, Seção Judiciária do Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Belém/PA, data da assinatura digital.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Matrícula XXX

Matrícula XXX